

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[STF mantém inconstitucionalidade de aumento de base cálculo do IPTU em Cuiabá](#)

[Marcas de construtora são penhoradas em ação por vícios de construção](#)

[Resolução do CONFEA altera parte da Resolução para tratar sobre pedido de regularização da obra ou serviço concluído](#)

[CONFEA - Fixa entendimentos e determinar procedimentos relacionados à aplicação da Resolução sobre o registro de pessoas jurídicas](#)

[TRT2 – Vaga de garagem com matrícula própria pode ser penhorada](#)

[TRF4 – Casal garante término de contratos de compra de imóvel e financiamento por atraso injustificado na construção](#)

[TJRN – Igapó: Justiça determina que Estado e Município apresentem, em 90 dias, projeto de revitalização da Ponte de Ferro](#)

[TRF1 mantém sentença e valida laudo realizado por oficial de justiça avaliador](#)



@MOTAKALUME\_ADV

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

# Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS

Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



[TJPA – Justiça indefere pedido para empresa continuar a operar no Aterro de Marituba](#)

[TJSC – Juiz autoriza retomada de certame para definir empresa que coletará lixo em Criciúma](#)

[STF – Débitos do Metrô-DF devem ser pagos pelo regime de precatórios](#)

[Medida Provisória dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico](#)

[TCU – Constitui fraude à licitação, ensejando a declaração de inidoneidade, a mera participação em certames licitatórios de pessoa jurídica autodeclarada como microempresa ou empresa de pequeno porte, visando os benefícios concedidos pela LC 123/2006](#)

[STJ afasta CDC em quebra antecipada de contrato com alienação fiduciária](#)



[@MOTAKALUME\\_ADV](#)

Mota  
Kalume  
•  
ADVOGADOS